



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638762 - ES (2021/0002240-6)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PACIENTE : DIULIAN RODRIGUES SANTOS (PRESO)
OUTRO NOME : DIULIAN RODRIGUES DOS SANTOS (PRESO)
CORRÉU : GEOVANNI CANDEIAS SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DESPACHO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DIULIAN RODRIGUES SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (HC n. 0012081-84.2020.8.08.0000).

O paciente foi pronunciado pelo suposto cometimento dos crimes previstos no art. 121, § 2º, inciso I e IV, do Código Penal e art. 244-B, § 2º, da Lei de n. 8.069/1990.

Sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, haja vista o excesso de prazo da prisão preventiva, que já dura mais de 4 anos. Afirma que apesar de a pronúncia "ter sido proferida em 04/07/2017, a AÇÃO PENAL NÃO SEGUIU EM RELAÇÃO AO PACIENTE, desde a devolução dos autos, em 03/08/2018, por este Egrégio Tribunal após julgamento de recurso em sentido estrito por ele interposto". Argumenta que inexistente motivação idônea que autorize a prisão preventiva do paciente, uma vez que não restou comprovado que sua liberdade representa perigo à ordem pública, ou que seja imprescindível para resguardar a instrução criminal e a aplicação da lei penal.

Requer, liminarmente e no mérito, o relaxamento da prisão preventiva a que está submetido o ora paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Inicialmente impende salientar o trecho da decisão atacada, referente ao alegado excesso de prazo da formação da culpa, pois contém informação diversa daquela trazida na impetração (fl. 95):

No presente caso, há, de fato, uma demora para a realização da sessão plenária, mas não reputo como injustificada. O paciente, pronunciado

para responder pelo fato considerado delituoso perante o tribunal do júri popular, agilizou e manejou em face da sentença de pronúncia o competente recurso em sentido estrito que, inclusive, **encontra-se pendente de julgamento**.

Considerando as peculiaridades do caso concreto, antes de apreciar o pedido de liminar, solicitem-se informações atualizadas, por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, ao TJES, a fim de esclarecer a seguinte afirmação do impetrante:

Os autos que formaram o instrumento retornaram deste Egrégio Tribunal de Justiça à 4ª Vara Criminal de Cariacica em 03/08/2018, com acórdão pela improcedência do recurso que transitou em julgado em 30/05/2018. Por conseguinte, em 17/08/2018, o instrumento foi apensado aos autos principais.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente